

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PROVA DE MÚLTIPLAS ESCOLHAS

30/11/08

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão nº 01

Com relação ao mandado de segurança, dentre as alternativas a seguir formuladas, aponte a incorreta:

- a) Entende-se por direito líquido e certo aquele que pode ser demonstrado de plano por meio de prova pré-constituída, isto é, sem que haja necessidade de dilação probatória. Na dicção de conceituada doutrina, é o direito “manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração”;
- b) O mandado de segurança pode ser impetrado na hipótese de ilegalidade ou abuso de poder por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Ou seja, referido remédio constitucional tanto pode ser utilizado para atacar ato vinculado como ato discricionário, à consideração de que a letra da lei se reporta ao ato vinculado quando fala em ilegalidade e faz menção indireta ao ato discricionário ao mencionar o abuso de poder;
- c) A competência para processar e julgar mandado de segurança será fixada levando-se em consideração a categoria da autoridade tida por coatora e de sua sede funcional, sendo estabelecida pela própria Carta Política de 1988 e também por leis infraconstitucionais;
- d) O Supremo Tribunal Federal carece de competência constitucional originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra qualquer ato ou omissão de Tribunal judiciário, estando, pois, dentro da esfera de atribuição do Superior Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos respectivos órgãos.

Questão nº 02

Assinale a alternativa errada:

- a) o hábeas corpus é garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso LXVIII, da CF, com finalidade específica: proteção à liberdade de locomoção, à liberdade individual de ir, vir e ficar;
- b) o hábeas corpus deverá ser impetrado contra ato do coator, que poderá ser tanto de autoridade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito, tribunal etc.) como particular. No primeiro caso, nas hipóteses de ilegalidade e abuso de poder, enquanto que, no segundo caso, somente nas hipóteses de ilegalidade;
- c) neste tipo de *writ*, é dispensada a presença do advogado, admitindo-se sua impetração até mesmo via fax. Mas, um mínimo de formalidade é indispensável a qualquer instrumento processual e, sendo assim, um dos requisitos de observância obrigatória, mesmo que em sede de hábeas corpus, refere-se à identificação do impetrante, na petição inicial. A impetração sem qualquer identificação é tida por anônima e, portanto, inadmissível;
- d) a impetração com a devida identificação, mas sem a assinatura confirmatória ao final da petição inicial, portanto apócrifa, é admitida, em homenagem à magnitude do direito que o instrumento busca resguardar e, ainda, em conformidade com jurisprudência emanada do Supremo Tribunal Federal.

Questão nº 03

O dispositivo previsto no inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal consagra direito fundamental à inviolabilidade domiciliar. Em sendo assim, assinale a alternativa não-correta:

- a) Em caso de desastre, ou para prestar socorro, autoriza-se a entrada na casa, seja de dia ou de noite, tenha-se ou não anuência do morador ou autorização judicial;

- b) Em caso de flagrante delito, igualmente, autoriza-se o ingresso na casa, de dia ou de noite, independentemente de quem quer que seja;
- c) Em caso em que se observa estado de defesa, da mesma forma, autoriza-se a busca e apreensão domiciliar por ordem de autoridade administrativa;
- d) No período diurno, por determinação judicial, excepciona-se também a inviolabilidade domiciliar. Nesta hipótese, estamos diante da denominada reserva de jurisdição, ou seja, situações em que se faz indispensável a atuação do Poder Judiciário, autorizando determinada conduta, sem a qual seria a mesma considerada ilícita.

Questão nº 04

Dentre as alternativas seguintes, assinale a única que estiver incorreta:

- a) O direito à aposentadoria é regulado pela lei vigente ao tempo da reunião dos requisitos da inatividade, mas tal entendimento não se aplica quanto à carga tributária incidente sobre os proventos;
- b) O princípio constitucional consoante o qual a lei nova não prejudicará o ato jurídico perfeito aplica-se às normas infraconstitucionais de ordem pública;
- c) As normas constitucionais originárias podem alcançar fatos consumados no sistema anterior, não podendo ser oposta alegação de coisa julgada ou mesmo de ato jurídico perfeito;
- d) As leis interpretativas que geram gravames são aplicáveis a fatos ocorridos a partir de sua entrada em vigor, como também a situações sujeitas ao domínio temporal exclusivo das normas interpretadas, até porque isso não implica em violação ao ato jurídico perfeito.

Questão nº 05

Analisar as alternativas que se seguem e aponte a única que está corretamente formulada:

- a) A vedação constitucional de acumulação de cargos públicos estende-se aos ocupantes de cargos ou empregos públicos de empresas públicas e entidades autárquicas, mas não alcança os empregos de sociedade de economia mista;
- b) A exigência constitucional de reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público pode ser afastada se o percentual legalmente previsto for inferior a um, hipótese em que a fração deve ser desconsiderada;
- c) O servidor público ocupante de cargo efetivo pode ser exonerado segundo livre critério da autoridade competente, desde que a administração declare por ato administrativo motivado a falta de necessidade do cargo;
- d) A garantia do direito adquirido não impede a modificação do critério de cálculo da remuneração do servidor público, máxime quando tal alteração não implicar redução dos vencimentos.

Questão nº 06

Referindo-se a princípios, direitos e garantias fundamentais, examine as alternativas a seguir expostas e aponte a única corretamente formulada:

- a) A instituição do tribunal do júri assegura a amplitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e competência para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida;
- b) Com esquite no constitucionalismo de nossos dias, é correto afirmar que a reserva legal tem abrangência menor que o princípio da legalidade;
- c) O direito de escusa de consciência restringe-se exclusivamente ao serviço militar obrigatório, quando se trata de crença religiosa, convicção filosófica ou religiosa;
- d) Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano moral ou à imagem constituem garantias, mas não direitos individuais.

Questão nº 07

Cuidando-se das disposições constitucionais que dizem respeito à ordem econômica, aponte, dentre as alternativas seguintes, a que se afigura correta:

- a) Tem-se por admissível, no sistema da Constituição de 1988, que norma de constituição estadual proíba, no estado-membro, que este possa reordenar, no âmbito da própria competência, sua

- posição na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidas ou, sem qualquer necessidade, exploradas pelo setor público;
- b) Ao Estado não é permitido, pela via legislativa, regular política de preços de bens e serviços, ainda que sob a justificativa de controle do abuso de poder econômico, pois tal atuação violaria os fundamentos da livre iniciativa e da livre concorrência;
 - c) A atividade econômica, em vista da sua relevante contribuição para o desenvolvimento do país, pode ser exercida de modo a obstar a efetiva proteção ao meio ambiente natural e ao meio ambiente cultural;
 - d) Atenta contra o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo de atividade em determinada área.

Questão nº 08

Tendo em conta as garantias funcionais conferidas aos membros do Poder Judiciário, assinale a opção incorreta dentre as a seguir formuladas:

- a) Entende-se por vitaliciedade a garantia constitucional, segundo a qual o magistrado só perderá seu cargo por sentença judicial transitada em julgado, de modo que lhe são asseguradas todas as garantias inerentes ao processo jurisdicional. Adquire-se a vitaliciedade, em primeiro grau, somente após dois anos de efetivo exercício do cargo, ou seja, após o estágio probatório. Nos tribunais, todos os membros gozam de vitaliciedade, ainda que tenham ingressado na carreira através do quinto constitucional. Nessa hipótese, adquire-se a vitaliciedade no instante da posse e exercício;
- b) Entende-se por inamovibilidade a garantia constitucional segundo a qual assegura-se ao juiz a impossibilidade de remoção, sem a sua anuência, a qualquer título, do cargo que ocupa, salvo por motivo de interesse público, após deliberação do tribunal ao qual se encontra vinculado, por 2/3 dos votos;
- c) Entende-se por irredutibilidade de subsídios a garantia constitucional segundo a qual assegura-se ao magistrado que os seus subsídios não poderão sofrer reduções. O Supremo Tribunal Federal tem considerado que essa irredutibilidade se refere ao valor nominal do subsídio e não ao real;
- d) Em caráter excepcional, contudo, a própria Constituição Federal prevê um abrandamento da vitaliciedade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal ao consagrar a competência privativa do Senado Federal para processar e julgar os Senhores Ministros do STF, nos crimes de responsabilidade. Trata-se de regra de responsabilização política dos membros da mais alta Corte Judiciária que pratiquem infrações político-administrativas atentatórias à Constituição Federal (impeachment).

Questão nº 09

Tendo em consideração o funcionamento da atividade jurisdicional, em primeiro e segundo graus de jurisdição, aponte a alternativa que não está correta:

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;
- b) Nos tribunais com número superior a 35 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno;
- c) A atividade jurisdicional deve ser ininterrupta, sendo, pois, vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, devendo funcionar, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;
- d) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e proferidas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Questão nº 10

No tocante à composição e ao funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa incorretamente formulada:

- a) Desde que obedecido o prazo legal, incumbe ao Presidente da República a nomeação dos membros do Conselho Nacional de Justiça, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- b) O CNJ será presidido pelo Ministro oriundo do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal;
- c) A função de ministro-Corregedor deve ser exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça que integra o CNJ, sendo que o mesmo não ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal;
- d) Compete ao ministro-Corregedor, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: receber as reclamações e denúncias, de quaisquer interessados, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários; exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral; requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

Questão nº 11

As Emendas Constitucionais serão promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. As Emendas Constitucionais não estão sujeitas a veto ou à sanção do Presidente da República. Quanto à iniciativa para apresentação de proposta de Emenda Constitucional, aponte a única resposta correta:

- a) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de 2/3, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado federal;
- b) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta do Senhor Presidente da República;
- c) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- d) Todas as alternativas estão corretas.

Questão nº 12

Com força de lei, Medida Provisória é ato do Presidente da República, editado em casos de relevância e urgência, devendo tal espécie normativa ser submetida de imediato ao Congresso Nacional, sob pena de perda de eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias, podendo tal lapso ser prorrogado uma única vez, por igual período. Todavia, nem todas as matérias poderão ser objeto de Medida Provisória. Tendo por base tais assertivas, assinale a alternativa correta:

- a) Não podem ser objeto de Medida Provisória as matérias relativas à nacionalidade, cidadania, direito políticos, partidos políticos e direito eleitoral; direito penal, processual penal e processual civil;
- b) Não podem ser objeto de Medida Provisória as matérias relativas à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e garantia de seus membros; planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamentos e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no artigo 167, §3º, da CF;
- c) Não podem ser objeto de Medida Provisória matéria que vise à detenção ou seqüestro de bens de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; matéria reservada a Lei Complementar; matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção do Presidente da República;
- d) As alternativas “a”, “b” e “c” estão corretas.

Questão nº 13

Assinale a única alternativa incorreta, quando o assunto se refere à competência para julgar Prefeito por infração penal e crime de responsabilidade:

- a) Compete ao Tribunal de Justiça tanto o julgamento de infração penal comum, quanto o julgamento de crime de responsabilidade de natureza criminal;
- b) Compete ao Tribunal Regional Federal da área de sua jurisdição o julgamento de crime federal;

- c) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral o julgamento de crime eleitoral, estando ele no exercício do mandato;
- d) Compete à Câmara Municipal o julgamento de crime de responsabilidade tendo a infração natureza político-administrativa.

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão nº 14

Considere as proposições a seguir formuladas.

I) A concessão de isenção tributária não implica na inexistência de relação jurídico-tributária entre beneficiário/fisco, eis que, apesar da exclusão do crédito tributário, o enriquecimento jurídico com o fisco permanece hígido, tanto que o agraciado pela isenção, salvo disposição em contrário, não está dispensado do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária;

II) Pode-se afirmar que o princípio da anualidade alberga um *plus*, relativamente ao da anterioridade. Enquanto este se limita a exigir que a cobrança do tributo se perfeça de acordo com as leis vigentes no exercício anterior, aquele exige, também, a autorização orçamentária para que ela ocorra de modo válido;

III) A expressão “reserva de lei” envolve a necessidade de lei material e lei formal para o disciplinamento do tributo. Entretanto, esta regra sofre temperamentos, eis que a Carta da República contempla, no caso de alguns impostos, exceções restritas à necessidade de lei formal, permitindo ao Executivo e ao Legislativo a faculdade de modificar alíquotas através da edição de decreto e de decreto-legislativo;

IV) A solidariedade tributária passiva não comporta benefícios de ordem, disso resultando na conclusão de que o Fisco ostenta a faculdade de escolher livremente qualquer um dos devedores, a quem pesa o ônus de responder integralmente pelo cumprimento da obrigação tributária.

Diante do exposto, conclui-se que:

- a) Todas as proposições são verdadeiras;
- b) Apenas as proposições constantes dos nºs II, III e IV são verdadeiras;
- c) Apenas as proposições constantes dos nºs I, III e IV são verdadeiras;
- d) Apenas as proposições constantes dos nºs I, II e IV são verdadeiras.

Questão nº 15

Assinale a proposição que se mostra incorreta:

- a) A Constituição Federal, na sua condição de “lei das leis”, além de abarcar normas instituidoras de tributos, igualmente contempla em seus preceptivos regras voltadas à discriminação das competências tributárias, a fim de que os entes/políticos/estatais possam criar seus tributos, dentro das suas respectivas esferas de atribuições;
- b) A Constituição Federal alberga a viabilidade de criação, exclusivamente através de lei, de contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível;
- c) De acordo com o CTN, a pessoa que alienar sua empresa, o fundo de comércio ou apenas um estabelecimento da empresa, e o adquirente continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou diversa razão social ou sob firma ou nome individual, a este último recai a responsabilidade pelos tributos do primeiro, devidos até a data da alienação e que incidam sobre quaisquer daquelas universalidades de coisas;
- d) De acordo com o entendimento oriundo do STF, o imposto de transmissão “causa mortis” é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão e não ao tempo do início do processo de inventário e partilha, além do que o cálculo do referido imposto deve operar-se sobre o valor dos bens na data da avaliação.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 16** — Em se tratando de ato administrativo, a “honestidade” está diretamente ligada ao princípio da:
- a) — Legalidade;
 - b) — Moralidade Administrativa;
 - c) — Razoabilidade;
 - d) — Proporcionalidade.
- 17** — A discricionariedade na expedição de ato administrativo é mais comumente encontrada:
- a) — no sujeito e na finalidade;
 - b) — na finalidade;
 - c) — no motivo e no conteúdo;
 - d) — no conteúdo.
- 18** — Em se tratando de ato administrativo impugnado por Mandado de Segurança, em que foi apontada como autoridade coatora autoridade hierarquicamente inferior, a defesa da validade do ato pela respectiva entidade pública é denominada:
- a) — Confirmação;
 - b) — Defesa Indireta;
 - c) — Assimilação;
 - d) — Encampação.
- 19** — O procedimento do tombamento de bem público pode ser:
- a) — voluntário;
 - b) — compulsório;
 - c) — de ofício;
 - d) — voluntário, compulsório ou de ofício.
- 20** — O princípio da Adjudicação Compulsória, que rege as licitações, significa que:
- a) — o objeto da licitação será sempre atribuído ao vencedor;
 - b) — a compulsoriedade veda que se inicie nova licitação com o mesmo objeto;
 - c) — a compulsoriedade da adjudicação é expressão equívoca, haja vista o instituto da revogação;
 - d) — o direito subjetivo à adjudicação compulsória só encontra óbice na desclassificação da proposta.
- 21** — As Praças da Polícia Militar do Distrito Federal podem alcançar a estabilidade após o efetivo serviço pelo período de:
- a) — dez (10) ou mais anos;
 - b) — cinco (5) ou mais anos;
 - c) — três (3) ou mais anos;
 - d) — dois (2) ou mais anos.
- 22** — Para os fins do disposto na Lei nº 8987/1995, a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, denomina-se:
- a) — Autorização;

- b) — Licença;
- c) — Permissão de serviço público;
- d) — Concessão de serviço público.

23 — Nos termos da Lei nº 8884/1994, constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

- a) — dominar mercado relevante de bens ou serviços;
- b) — aumentar os lucros;
- c) — limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;
- d) — exercer de forma abusiva posição dominante.

24 — De acordo com a Lei Delegada nº 4/1962, a União fica autorizada a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo, cuja intervenção consistirá, dentre outros, na compra, armazenamento, distribuição e venda, **exceto:**

- a) — de medicamentos;
- b) — de animais de serviço;
- c) — de tecidos e calçados de uso popular;
- d) — de gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinado ao abate.

25 — Assinale a assertiva **incorreta**:

- a) — sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar;
- b) — as fases do processo administrativo disciplinar se desenvolvem na seguinte ordem: instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório, e julgamento;
- c) — a falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar, no qual ocorreu a demissão de servidor estável, ofende a Constituição Federal;
- d) — o processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

26 — Assinale a alternativa **incorreta**:

O controle administrativo exercido pelas pessoas públicas políticas sobre a Administração Indireta visa a assegurar, especialmente:

- a) — a liberdade de programação no setor de atuação da entidade;
- b) — a eficiência administrativa;
- c) — a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade;
- d) — a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

27 — Assinale a alternativa **incorreta**:

No que concerne aos contratos administrativos, o princípio da continuidade do serviço público acarreta:

- a) — a imposição de prazos rigorosos ao contraente;
- b) — o afastamento da teoria da imprevisão para permitir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- c) — a inaplicabilidade da “exceptio non adimpleti contractus” contra a Administração;
- d) — o reconhecimento de privilégios para a Administração.

28 — Assinale a alternativa **incorreta**:

Segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal, são Poderes do Distrito Federal, independentes e harmônicos entre si:

- a) — o Executivo e o Legislativo, sendo vedada a delegação de atribuições entre os Poderes;
- b) — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, sendo vedada a delegação de atribuições entre os Poderes;
- c) — o cidadão, investido na função de um dos Poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas na Lei Orgânica;
- d) — cabe ao Poder Executivo a administração dos bens do Distrito Federal, ressalvado à Câmara Legislativa administrar aqueles utilizados em seus serviços e sob sua guarda.

29 — Assinale a alternativa **incorreta**:

Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, sendo vedada a celebração de contrato dessa natureza:

- a) — que tenha por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública;
- b) — quando o valor do contrato for inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- c) — quando a contraprestação da Administração for feita por cessão de créditos tributários.
- d) — cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos;

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

30. Analise as seguintes proposições:

I – caracteriza-se como negócio jurídico nulo a venda de ascendente a descendente, sem consentimento dos demais descendentes e cônjuge do alienante;

II – são relativamente incapazes para todos os atos da vida civil os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

III – a idade de uma pessoa se caracteriza como elemento objetivo, portanto, o Código Civil não deixa de proteger o menor relativamente incapaz, eximindo-o da obrigação, quando este, ao contratar, declara-se maior, eis que tal incapacidade independe da sua vontade;

IV – válida a emancipação concedida pelos genitores, mediante instrumento público, todavia, sua eficácia, que não se confunde com validade, dependerá da necessária homologação judicial.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) correto apenas o item I.
- (B) corretos os itens I, II e III.
- (C) todos os itens são corretos.
- (D) todos os itens são incorretos.

31. Analise as seguintes proposições:

I – o instituto da comoriência incidirá quando, em um desastre, falecer parentes, não sendo possível estabelecer ordem cronológica de suas mortes;

II – em determinadas situações, como por exemplo, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, ser declarada a sua “morte presumida”, sem decretação de ausência;

III – o pseudônimo adotado para atividades lícitas, não sendo nome, não goza da proteção legal dada para este;

IV – para criar uma associação, o seu instituidor fará dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

32. Analise as seguintes proposições:

- I – consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóvel, como também as ações que os asseguram;
- II – considera-se bem móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta;
- III – pode ser cobrada retribuição pelo uso dos bens públicos do povo, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem;
- IV – os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

33. Analise as seguintes proposições:

- I – a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa;
- II – as condições impossíveis, quando resolutivas, são consideradas inexistentes;
- III – aquele que, possuindo apenas parentes colaterais, pretender deixar seu patrimônio para um querido amigo, deverá, no testamento, excluí-los.
- IV – em negócio jurídico celebrado, as partes podem avençar cláusula de não valer sem instrumento publico, passando este a ser considerado como da substância do ato.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

34. Assinale a alternativa correta:

- (A) – considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) – os negócios jurídicos benéficos interpretam-se de forma ampliativa.
- (C) – regra geral o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito.
- (D) - defeso ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, por ainda não ter adquirido o direito, a que ele visa, praticar atos destinados a conservá-lo.

35. Analise as seguintes proposições:

- I – a lesão, defeito do negócio jurídico, trata-se de instituto acolhido pelo legislador brasileiro, pela primeira vez, com o advento do atual Código Civil;
- II – considera-se coação a prática do ato em razão do simples temor reverencial;
- III – anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma;
- IV – em nenhuma situação poderá reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz.
- V – a invalidade da obrigação principal não tem o condão de afetar as obrigações acessórias, haja vista as invalidades destas não influir naquela (obrigação principal).

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.

- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

36. Analise as proposições:

I – a destruição de coisa alheia ou lesão a pessoa, em qualquer circunstância, constitui ato ilícito a justificar pedido indenizatório;

II - o patrimônio do devedor responde pelo pagamento de suas dívidas. Assim, na hipótese de devedor, em situação de insolvência, conceder remissão de dívida, poderão os credores com garantia real buscar a anulação de tal perdão;

III - suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitam os outros, sendo de nenhuma influência a natureza da obrigação;

IV – na obrigação de dar, deteriorando a coisa, sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou outro caso, indenização das perdas e danos,

Correto(s) o(s) seguinte(s) item(ns):

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II, III e IV
- (D) IV.

37. Assinale a alternativa correta:

(A) - o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, não se sub-roga nos direitos do credor;

(B) – quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em obrigatória para o credor;

(C) – a garantia da evicção não subsiste se a aquisição do bem tenha realizado em hasta pública;

(D) – a cláusula resolutiva, seja de espécie for, depende de interpelação judicial.

38. Analise as seguintes proposições:

I - haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;

II – é lícito aos interessados prevenirem ou terminarem litígio mediante concessões mútuas (transação), o que inviabiliza avença sobre a incidência de pena convencional;

III – a responsabilidade civil é independente da criminal, por isso, naquela jurisdição (cível), por exemplo, pode-se questionar sobre a existência do fato, mesmo que esta questão se achar negada no juízo criminal;

IV – se a dívida se encontrava prescrita, e ocorreu seu pagamento, pode-se requerer sua repetição pelo devedor.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

39. Assinale a alternativa incorreta:

(A) – a posse pode ser adquirida pela própria pessoa ou por seu representante;

(B) – o possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos;

(C) – ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis, e não poderá levantar as voluptuárias;

(D) – os frutos civis reputam-se percebidos dia por dia.

40. Analise as seguintes proposições:

- I – considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor;
- II – é válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento;
- III – regra geral o usufruto em favor de duas ou mais pessoas extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem;
- IV – quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode emprestar.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

41. Analise as seguintes proposições:

- I – Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, exigindo-se conhecimento das circunstâncias pelo beneficiário;
- II – podem ser objeto de hipoteca: o domínio útil, os navios, as aeronaves;
- III - o homem e a mulher com dezesseis anos podem se casar, todavia, por não serem plenamente capazes, necessitam de autorização judicial;
- IV – são herdeiros necessários apenas os descendentes e ascendentes.

Correto(s) o(s) seguinte(s) item(ns):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II, III.
- (D) I, II, III e IV.

42. Analise as seguintes proposições:

- I – aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, portanto, morto o autor da herança, o legatário, por autoridade própria, pode entrar na posse da coisa;
- II – o instituto da deserção é comum a sucessão legítima e a testamentária;
- III – transmitido o legado ao fiduciário, este o terá sob condição suspensiva;
- IV – para testar, necessária a capacidade plena do testador.

Assinale a alternativa adequada:

- (A) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (B) apenas uma das proposições é falsa.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

QUESTÕES DE DIREITO ELEITORAL

43. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) – A Justiça Eleitoral é composta por três órgãos: Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais.
- (B) – O Presidente da Mesa Receptora detém a polícia dos trabalhos eleitorais, e assim fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar a ordem e compostura devidas e estiver praticando ato atentatório da liberdade eleitoral.

(C) – O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da veiculação da ofensa, quando se tratar de horário eleitoral gratuito.

(D) – Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze (15) dias para a pena de detenção e de um (1) ano para a de reclusão.

44. Analise as seguintes proposições:

I – O prazo para interposição do recurso, das decisões terminativas do Tribunal Regional Eleitoral, para o Tribunal Superior Eleitoral, quando forem proferidas contra expressa disposição de lei, ou quando denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança, não envolvendo matéria de direito comum, é de 5 (cinco) dias.

II - Todas as infrações penais previstas no Código Eleitoral, inclusive os crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), são de ação pública.

III - O Juiz Eleitoral ou o Promotor de Justiça Eleitoral poderá expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias em favor do eleitor que sofrer violência moral ou física, na sua liberdade de votar.

IV – Os votos recebidos por candidato não registrado, que se encontrava *sub judice*, eis que indeferido o pedido de registro antes da eleição, decisão confirmada pela instância superior, serão computados para seu partido.

Correto (s) o(s) seguinte (s) item (ns):

(A) – I.

(B) – II.

(C) – I e IV.

(D) – Todos estão corretos.

QUESTÕES DE DIREITO EMPRESARIAL E ECONÔMICO

45 – Sobre títulos de crédito é correto afirmar, nos termos dispostos no Código Civil, todas as assertivas abaixo, exceto uma. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente. Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do emitente.
- b) O título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, deve ser preenchido de conformidade com os ajustes realizados. O descumprimento dos ajustes pelos que deles participaram, não constitui motivo de oposição ao terceiro portador, salvo se este, ao adquirir o título, tiver agido de má-fé.
- c) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial, que deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título. Para a validade do aval, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do avalista.
- d) O título nominativo também pode ser transferido por endosso que contenha o nome do endossatário. A transferência mediante endosso só tem eficácia perante o emitente, uma vez feita a competente averbação em seu registro, podendo o emitente exigir do endossatário que comprove a autenticidade da assinatura do endossante.

46 – Sobre a constituição de sociedade empresária são corretas as afirmações abaixo, exceto uma. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Entretanto, não se considera empresário quem

exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

- b) É defeso aos cônjuges contratar sociedade, entre si, independentemente do regime de casamento. Pode o empresário casado, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- c) Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário.
- d) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

47 – A administração na sociedade limitada tem as seguintes características, exceto uma. Indique a alternativa incorreta:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. O contrato social poderá permitir administradores não sócios, cuja designação deverá ocorrer após a integralização do capital social e por deliberação unânime dos sócios.
- b) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração e o exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.
- c) A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente à constituição da sociedade adquiram essa qualidade.
- d) Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, salvo disposição contratual diversa.

48 – As deliberações de sócios de sociedade limitada devem observar o “quorum” necessário de aprovação, conforme disposto no Código Civil. Baseando-se na situação a seguir descrita, indique qual item da pauta da reunião de sócios que não atingiu o “quorum” mínimo necessário à aprovação da matéria.

Trata-se de uma empresa com 4 sócios:

Sócio A - detentor de 40% do capital social

Sócio B - detentor de 30% do capital social

Sócio C - detentor de 25% do capital social

Sócio D - detentor de 05% do capital social.

É convocada reunião ordinária de sócios. O Contrato Social não possui cláusula com previsão de “quorum” diverso do previsto no Código Civil. A pauta encaminhada com a antecedência necessária foi integralmente deliberada com o seguinte resultado:

- a) Item 1 – aprovação das contas da administração – Colocada a matéria em discussão, os sócios B e D, que detêm em conjunto 35% do capital social, sob a alegação de que não tiveram condições de se informar com a profundidade necessária sobre as contas da administração, não votaram a matéria. Os

sócios A e C votaram pela aprovação das contas. As contas do administrador foram aprovadas por votos representando 65% do capital social.

- b) Item 2 – mudança de endereço da sede da sociedade - O administrador comunicou que a empresa estava ampliando suas atividades, razão pela qual necessitava mudar a sede para um imóvel maior. Foi submetida à deliberação dos sócios a mudança de endereço da sede. Discutida a matéria, o sócio C (25%) divergiu da proposta, ficando vencido. A matéria foi aprovada pelos sócios A, B e D, que representam 75% do capital social;
- c) Item 3 – aumento de capital - O administrador informou que a empresa necessitava ter mais capital de giro para ampliar o estoque de mercadorias. Assim, propôs aos sócios o aumento do capital social da empresa, onde cada sócio deveria integralizá-lo na proporção de suas quotas na sociedade. Discutida a matéria, o sócio B, detentor de 30% das quotas, alegou que não dispunha dos recursos e que não queria ser diluído na sua participação no capital social, razão pela qual votou contra o aumento do capital social. Os demais sócios A, C e D, que representam 70% do capital social, votaram em conjunto e aprovaram o aumento do capital social.
- d) Item 4 – Fixação da remuneração do administrador - O último item da pauta versou sobre a proposta de fixar a remuneração do administrador para o exercício seguinte, com 50% de aumento. O sócio A (40%) votou contra o aumento, divergindo dos demais. Os sócios B, C e D votaram pela majoração da remuneração do administrador. Consideraram aprovada a matéria, tendo em vista que seus votos conjuntamente representam 60% do capital social.

49 – Indique a alternativa incorreta:

- a) Na sociedade limitada, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa. É dispensável a autorização judicial, mas a exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.
- b) Na sociedade limitada o sócio pode ser representado na assembléia por outro sócio, por advogado ou qualquer pessoa de sua confiança, desde que mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata. Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente, exceto para seu amplo direito de defesa quando a deliberação versar sobre sua exclusão por justa causa prevista no contrato social.
- c) Na sociedade limitada para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais de metade do capital. Quando há empate na deliberação tomada em reunião de sócios – 50% x 50% - prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios, e, se este persistir, decidirá o juiz.
- d) Na sociedade limitada quando houver deliberação de sócios para a modificação do contrato, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos trinta dias subseqüentes à reunião. Salvo disposição contratual em contrário, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.

50 – A Lei nº 6404/76 – Lei das S/A's -, dispõe que o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia. O voto será considerado abusivo ou em conflito em três dos quatro itens abaixo. Indique o item cujo voto proferido não é a abusivo ou em conflito:

- a) Quando o voto for exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas;
- b) Quando o voto for proferido nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social e na aprovação de suas contas;
- c) Quando o voto for exercido com o fim de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.
- d) Quando voto for exercido pelo acionista controlador com o fim de aprovar operações e negócios com empresas de que também é acionista relevante em empresas coligadas ou controladas.

51 – Uma companhia aberta brasileira divulgou Fato Relevante informando que seus administradores celebraram contratos de câmbio – derivativos – em valores superiores ao necessário para dar garantia às suas operações de exportação. Com a crise financeira americana, o dólar teve uma alta inesperada, fazendo com que essa empresa liquidasse os contratos com vultosos prejuízos financeiros. Na avaliação de acionistas, esses prejuízos da companhia resultarão na impossibilidade da distribuição de dividendos por, pelo menos, dois exercícios futuros. Inconformados com a situação, os acionistas decidiram adotar medidas previstas em lei. Indique qual das alternativas abaixo não está de acordo com a Lei das S/A's:

- a) Os acionistas têm direito de solicitar a convocação de uma Assembléia Extraordinária para que seja deliberada a propositura de ação de responsabilidade civil contra os administradores que deram causa aos prejuízos;
- b) Se os acionistas aprovarem em Assembléia Extraordinária a propositura da ação de responsabilidade civil, caberá à companhia a autoria da ação, cujos resultados serão a ela revertidos para ressarcir os prejuízos causados ao seu patrimônio;
- c) Se a assembléia deliberar que a companhia não deve promover a ação, acionistas que representem 5%, pelo menos, do capital social, poderão ingressar em juízo como autores. Nesse caso, a ação será proposta contra os administradores e acionistas controladores e a indenização pelos prejuízos será revertida em favor dos seus autores.
- d) O Juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando o interesse da companhia, mesmo que esteja configurado o prejuízo à companhia.

52 - Sobre sociedades anônimas é correto afirmar, exceto: (indique a assertiva incorreta)

- a) Na alienação do controle de sociedade por ações o adquirente fica obrigado a fazer oferta pública de aquisição das ações preferenciais e ordinárias dos demais acionistas;
- b) Podem se constituir sob a forma de aberta ou fechada, cujo capital social é dividido em ações ordinárias e/ou preferenciais;
- c) As ações da companhia aberta somente poderão ser negociadas depois de realizados 30% (trinta por cento) do preço de emissão, sob pena de nulidade do ato;
- d) São coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% ou mais, do capital da outra sem controlá-la.

53 – Sobre a administração das sociedades por ações – companhias abertas ou fechadas é correto afirmar, exceto: (indique a assertiva incorreta)

- a) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria.
- b) Os integrantes do Conselho de Administração devem ser acionistas da companhia e serão eleitos em assembléia geral.
- c) Acionistas minoritários não têm direito de eleger e/ou destituir nenhum dos membros do conselho de administração.
- d) Além do conselho de administração e da diretoria, a companhia terá um conselho fiscal e o estatuto disporá se seu funcionamento será permanente ou se instalado por deliberação de seus acionistas.

54 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) O contrato de franquia sem circular de oferta entregue a franqueado permite a anulação do contrato, com devolução de valores pagos.
- b) É dispensável o registro de contrato de franquia, quando redigido por escrito e acompanhado das respectivas assinaturas de duas testemunhas.
- c) Incide Imposto Sobre Serviços - (ISS) - nos contratos de franquia.
- d) A relação entre franqueado e franqueador não está subordinada ao Código de defesa do Consumidor.

55 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) Prescrevem em cinco anos as infrações da ordem econômica, contados da data da prática do ilícito ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Interrompe-se a prescrição com o compromisso de cessação ou de desempenho.
- b) As decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo.
- c) Constitui infração à ordem econômica o aumento arbitrário dos lucros.
- d) A chamada posição dominante é presumida quando a empresa ou grupo de empresas controla 20% (vinte por cento) de mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.

56 – Com relação ao acordo de leniência, lei 8.884/94, é correto afirmar (assinale a alternativa correta):

- a) A SDE poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de um a dois terços da penalidade aplicável, sujeita à aprovação do CADE.
- b) Serão estendidos os efeitos do acordo de leniência aos dirigentes e administradores da empresa habilitada, envolvidos na infração, desde que firmem o respectivo instrumento em conjunto com a empresa, respeitadas as condições legais.
- c) Importará em confissão quanto à matéria de fato, a proposta de acordo de leniência rejeitada pelo CADE.
- d) A celebração de acordo de leniência suspende o oferecimento da denúncia.

57 – No regime da lei 11.101/05, assinale a alternativa correta:

- a) A ação revocatória tem por finalidade revogar atos praticados pelo falido, após a decretação da falência.
- b) O requerimento de falência só pode ser formulado por comerciante, ainda que irregular.

- c) As cooperativas de crédito, empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas aéreas, empresas de plano de saúde, não se submetem ao processo falimentar.
- d) A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos implica extinção de concessão.

58 – Quanto a Recuperação Judicial prevista na lei 11.101/05, assinale a alternativa incorreta:

- a) O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos.
- b) Contra a decisão judicial que concede a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público.
- c) Somente terá direito a requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de 5 (cinco) anos.
- d) O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na Assembléia Geral de credores.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assinale a alternativa correta, considerando doutrina e jurisprudência prevalentes, nas questões a seguir:

59) Em ação subordinada ao procedimento ordinário, proposta perante o juízo da 10ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, o réu ingressa com exceção de incompetência relativa. A exceção é julgada procedente, declinando o juízo da 10ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, para o juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, Distrito Federal. A decisão transita em julgado. Recebendo os autos, o juiz da 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, Distrito Federal, verificando que a decisão é equivocada e julgando-se incompetente:

- a) pode suscitar conflito de competência perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
- b) pode suscitar conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça;
- c) pode devolver os autos ao juízo da 10ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, para que este suscite conflito de competência perante o tribunal competente;
- d) não pode suscitar conflito de competência.

60) Pelo princípio da dialeticidade dos recursos:

- a) o recurso é somente aquele previsto em lei, não se podendo criar recurso por interpretação analógica ou extensiva;
- b) exige-se que todo recurso contenha inconformidade com o provimento judicial impugnado, indicando os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento;
- c) não é admitida a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão;
- d) permite-se a conversão de um recurso, não adequado, em outro, adequado, desde que inexistente erro grosseiro da parte e não tenha precluído o prazo para a interposição.

61) Já implantado, efetivamente, no âmbito do juízo, o processo eletrônico, a resposta, no procedimento ordinário, pode ser transmitida eletronicamente:

- a) até as 24 (vinte e quatro) horas do décimo-quinto dia;
- b) até as 20 (vinte) horas do décimo-quinto dia;
- c) até o fim do horário de expediente do décimo-quinto dia, se anterior às 20 (vinte) horas, de acordo com a lei local de organização judiciária;
- d) até o fim do horário de expediente do décimo-sexto dia.

62) Caio ajuíza ação de cobrança contra Tício. Caio, na inicial, subordinada ao procedimento ordinário, requer assistência judiciária, com base no artigo 4º da Lei nº 1.060/50. Tício impugna o direito à assistência judiciária, alegando que Caio dela não necessita, porque tem condições de arcar com as despesas do processo. A impugnação é autuada em apartado, sendo apensada aos autos da causa principal. O juiz acolhe a impugnação e indefere o pedido de assistência judiciária. Inconformado, qual recurso deve interpor Caio desta decisão:

- a) agravo de instrumento;
- b) reclamação;
- c) mandado de segurança;
- d) apelação.

63) O prazo para o executado ingressar com embargos à execução fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, é de:

- a) cinco dias;
- b) dez dias;
- c) quinze dias;
- d) trinta dias.

64) Em ação de consignação de aluguel e acessórios da locação, regulada pela Lei nº 8.245/91, o réu:

- a) somente pode contestar, sendo-lhe vedado reconvir;
- b) pode contestar e reconvir para pedir o despejo e a cobrança dos valores objeto da consignatória ou da diferença do depósito inicial, se alegar não ser o mesmo integral;
- c) pode contestar e reconvir apenas para a cobrança dos valores objeto da consignatória ou da diferença do depósito inicial, se alegar não ser o mesmo integral, não lhe sendo lícito reconvir para pedir o despejo, que requer ação autônoma;
- d) pode levantar, a qualquer momento, as importâncias depositadas, mesmo sobre elas pendendo controvérsia.

65) No exame da petição inicial de ação subordinada ao procedimento ordinário, o juiz não verifica defeito determinante da sua inépcia e determina a citação do réu. Este, na contestação, alega a inépcia da inicial. O juiz, verificando que, realmente, a petição inicial é inepta, deve:

- a) declarar a inépcia da inicial e julgar o processo extinto sem resolução do mérito, de acordo com o artigo 295, inciso I, combinado com o artigo 267, inciso I, do CPC;
- b) chamar o processo à ordem, anular a citação do réu e assinar prazo de dez dias ao autor, para emendar ou completar a petição inicial, pena de indeferimento, nos termos do artigo 284 do CPC, ordenando nova citação do réu, caso feita a emenda da inicial pelo autor;
- c) assinar ao autor, em observância aos princípios da economia, da efetividade e da instrumentalidade do processo, o prazo de dez dias para emendar ou completar a petição inicial, pena de indeferimento, nos termos do artigo 284 do CPC, dando, a seguir, vista ao réu, caso feita a emenda da inicial pelo autor;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

66) Em execução de título executivo extrajudicial de valor inferior a quarenta salários mínimos, processada em Juizado Especial Cível, em consonância com a Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora:

- a) o devedor dela será intimado para oferecer embargos, no prazo de quinze dias;
- b) o devedor dela será intimado para oferecer proposta de pagamento, no prazo de dez dias, pena de adjudicação do bem penhorado;
- c) o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

67) Valendo-se do que dispõe o artigo 285, A, do Código de Processo Civil (“quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada”), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, julga improcedente, liminarmente, pedido formulado pelo servidor Abdon Fortunato Carvalho contra o Distrito Federal. Inconformado, o autor apela para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O juiz mantém a sentença e ordena a citação do réu para responder ao recurso. Este responde. No julgamento da apelação do autor, o Tribunal:

- a) pode dar-lhe provimento, reformando a sentença de improcedência e, desde logo, julgar procedente o pedido, sendo a matéria controvertida apenas de direito;
- b) pode dar-lhe provimento, anulando o processo a partir da sentença, inclusive, por falta de identidade com os casos anteriormente julgados no juízo, e determinar o retorno dos autos ao primeiro grau para o normal prosseguimento do feito;
- c) pode dar-lhe provimento, anulando o processo a partir da sentença, inclusive, por abranger a matéria controvertida situação fática dependente do contraditório, e determinar o retorno dos autos ao primeiro grau para o normal prosseguimento do feito;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

68) Prescrevem o artigo 475-J e seu § 4º do CPC, introduzidos pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005: “Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze (15) dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação”; “§ 4º. Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no *caput* deste artigo, a multa de dez por cento incidirá sobre o restante”. Assim, e tratando-se de sentença condenatória transitada em julgado já na vigência da Lei nº 11.232/2005, o termo a *quo* para o seu cumprimento espontâneo no prazo de quinze (15) dias, conforme a jurisprudência prevalente no Superior Tribunal de Justiça, se estabelece:

- a) a partir do respectivo trânsito em julgado, dispensada qualquer intimação, seja pessoal do devedor, seja do seu advogado;
- b) a partir da intimação pessoal do devedor;
- c) a partir da intimação na pessoa do advogado do devedor, por ser a forma eleita, no sistema introduzido pela Lei nº 11.232/2005, para a comunicação do devedor na liquidação de sentença e na execução para o seu cumprimento;
- d) a partir da última intimação aperfeiçoada, necessárias tanto a pessoal do devedor como a do seu advogado.

69) Perante a 2ª Vara Cível de Taguatinga, Distrito Federal, Tibúrcio Afonsino Duarte, promitente-comprador de imóvel sediado na referida cidade de Taguatinga, ingressou com ação pelo rito ordinário contra a empresa promitente-vendedora, Construções e Incorporações Varejo Polar Ltda. Alegou que, embora tenha pago todas as trinta e seis prestações ajustadas na promessa de compra e venda, cumprindo todas as suas obrigações, a ré, de seu turno, não cumpriu a sua obrigação de entregar o imóvel na data coincidente com o vencimento da última prestação, o que já ocorreu há um mês. Pediu a rescisão do contrato, com perdas e danos. Determinada pelo juiz a citação da ré, foi expedido mandado de citação. Peticionou, então, o autor, mudando apenas o pedido. Mudou o pedido de rescisão do contrato, com perdas e danos, para o pedido de cumprimento do contrato, com a entrega imediata do imóvel, com as perdas e danos decorrentes do atraso, estipulada multa diária para cada dia de retardo no cumprimento da obrigação da ré. Esta mudança do libelo (*mutatio libelli*):

- a) não é possível, porque já despachada a inicial e expedido o mandado de citação;
- b) é possível, mesmo já citada a ré, desde que ela consinta com a mudança e até imediatamente antes do saneamento do processo;
- c) não é possível, se a ré já tiver sido citada;
- d) é possível, mesmo já citada a ré e já saneado o processo, desde que ela consinta com a mudança.

70) Rivelato das Neves Terceiro ingressou com ação subordinada ao procedimento ordinário contra Javaína Catarina Souza, Levegildo Mendonça e Souza, Querência Maria Silva dos Santos e Cleciano Antônio de Moura Teles. Alegou o autor serem os réus seus devedores solidários. Pediu sua condenação solidária ao pagamento da quantia de vinte mil reais e acessórios, além de custas processuais e honorários advocatícios. A primeira ré, Javaína, foi citada por oficial de justiça e juntado o mandado cumprido aos autos em 03/11/2008, segunda-feira. O segundo réu, Levegildo, foi citado por oficial de justiça e juntado o mandado cumprido aos autos em 04/11/2008, terça-feira. A terceira ré, Querência, não foi encontrada no local indicado e, juntado aos autos em 13/11/2008, quinta-feira, o mandado com a certidão do oficial de justiça, o juiz despachou dando vista ao autor, despacho esse publicado no Diário de Justiça eletrônico do dia 21/11/2008, sexta-feira. O quarto réu, Cleciano, foi citado por oficial de justiça e juntado o mandado cumprido aos autos em 05/11/2008, quarta-feira. Atendendo ao despacho do juiz, o autor Rivelato peticiona em 28/11/2008, sexta-feira, e requer a desistência da ação contra a terceira ré, Querência, bem como pede o julgamento antecipado da lide, com base no artigo 330, inciso II, do Código de Processo Civil, em face da revelia dos outros réus. Para tanto aduz que nenhum dos réus, até 28/11/2008, apresentou resposta, sendo que o último litisconsorte passivo a ser citado foi o quarto réu, Cleciano, juntado aos autos o mandado de citação em 05/11/2008, quarta-feira, a partir daí, nos termos do artigo 241, inciso III, correndo o prazo de quinze dias, findo em 20/11/2008, quinta-feira, sem que apresentada qualquer defesa pelos réus. Diante dos pedidos, deve o juiz:

- a) recusar a homologação da desistência, porque há litisconsortes já citados, e determinar requeira o autor a citação da terceira ré, Querência, por edital;
- b) sem razão contrária, homologar a desistência da ação quanto à terceira ré, Querência, excluindo-a do processo, e julgar antecipadamente a lide, de acordo com o artigo 330, inciso II, do Código de Processo Civil, em face da revelia dos demais réus;
- c) sem razão contrária, homologar a desistência da ação quanto à terceira ré, Querência, excluindo-a do processo, e indeferir o pedido de julgamento antecipado, determinando a intimação dos réus já citados da decisão que homologou a desistência, a partir da qual correrá o prazo da resposta;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

71) A pessoa jurídica Banco Capital Múltiplo S/A. foi citada em 04/11/2008, terça-feira, para responder, no prazo de quinze dias, ação subordinada ao procedimento ordinário, sendo juntado aos autos o mandado de citação no mesmo dia 04/11/2008. Já no dia 17/11/2008, 2ª feira, encaminhou por fax sua resposta, sendo o mesmo regularmente recebido no cartório. Neste caso, o prazo estabelecido na Lei nº 9.800/99 para a entrega pela ré dos originais do fax em cartório:

- a) é de cinco dias e tem início no dia 20/11/2008, quinta-feira;
- b) é de cinco dias e tem início no dia 18/11/2008, terça-feira;
- c) é de dez dias e tem início no dia 20/11/2008, quinta-feira;
- d) é de dez dias e tem início no dia 18/11/2008, terça-feira.

72) Em curso ação subordinada ao procedimento ordinário, o juiz, por ocasião das providências preliminares, determina às partes, autor e réu, a especificação das provas que pretendem produzir. O autor, todavia, que havia requerido o julgamento antecipado, entendendo desnecessárias quaisquer outras provas:

- a) pode interpor recurso de agravo retido, porque, apenas afinal, se julgada a ação contra ele em função da prova que venha a ser produzida, sofrerá prejuízo irreparável;
- b) pode interpor recurso de agravo de instrumento, porque o prolongamento do processo já consubstancia lesão grave e de difícil reparação;
- c) não pode recorrer do despacho que determina a especificação de provas, porque sua natureza é de mero expediente, ordinatório;
- d) pode interpor reclamação.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

73. Assinale a alternativa correta:
- A. Aplica-se a lei brasileira, ainda que em prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao delito cometido em território nacional.
 - B. É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de domínio público, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
 - C. Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados em território estrangeiro em detrimento da administração pública, por quem está a seu serviço.
 - D. Aplica-se a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, na hipótese de crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, independentemente de quaisquer condições.
74. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:
- A. Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da primeira por multa.
 - B. O crime de extorsão consuma-se somente com a obtenção da vantagem indevida.
 - C. As penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade, e podem ser aplicadas cumulativamente, em caso de reincidência específica do réu em crime doloso.
 - D. A reincidência genérica em crime doloso é causa impeditiva da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
75. Assinale a alternativa correta:
- O curso da prescrição interrompe-se:
- A. Pela confissão do acusado em juízo.
 - B. Em decorrência de sentença absolutória.
 - C. Pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
 - D. Em virtude da reincidência.
76. Nos delitos praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, por ato voluntário do agente, até ao recebimento da denúncia ou da queixa, é correto afirmar:
- A. A pena pode deixar de ser aplicada.
 - B. A pena será reduzida de um a dois terços.
 - C. A pena será reduzida até à metade.
 - D. A pena será reduzida de um sexto a dois terços.
77. É correto afirmar que, nos termos da Súmula do Supremo Tribunal Federal :
- A. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
 - B. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada, se a manifestou nos autos da ação penal.
 - C. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada, exceto na hipótese de crimes hediondos.
 - D. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada, desde que não a tenha manifestado através da mídia, estando em curso a ação penal.

78. Em se tratando de concurso formal, assinale a alternativa correta:
- A. Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
 - B. Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
 - C. Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um a dois terços.
 - D. Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um terço até metade.
79. Estando presentes circunstâncias atenuantes e causas especiais de diminuição, pode o julgador fixar a pena-base em quantidade inferior à estabelecida na lei?
- A. Não.
 - B. Sim, desde que não se trate de crime hediondo.
 - C. Sim.
 - D. Sim, na hipótese de crime praticado sob violenta emoção e coação irresistível.
80. Caracterizado o concurso material:
- A. Aplica-se a pena cominada para um dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de dois terços.
 - B. Aplica-se a pena mais grave ou, se idênticas, uma delas, aumentada, em qualquer caso, de metade.
 - C. Aplicam-se, cumulativamente, as penas privativas de liberdade.
 - D. Aplica-se a pena cominada para um dos crimes, aumentada de um terço.
81. Para o Direito Penal Brasileiro, o suicídio:
- A. Tem relevância, desde que praticado com o uso de arma de fogo.
 - B. Tem relevância, se praticado com o uso de explosivos.
 - C. Tem relevância, se praticado com o uso de veneno.
 - D. Não tem relevância.
82. No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância:
- A. A pena pode ser diminuída de dois terços.
 - B. A pena pode ser diminuída de um terço.
 - C. A pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
 - D. Não pode, porquanto não constitui causa especial de diminuição.
83. No crime de atentado violento ao pudor, definido no art. 214 do Código Penal, se o agente é servidor público:
- A. A pena deve ser aumentada de um terço.
 - B. A pena pode ser aumentada de um terço.
 - C. Não ocorre aumento de pena.
 - D. A pena pode ser aumentada de dois terços.
84. O arrependimento eficaz e a desistência voluntária:
- A. São causas de exclusão de ilicitude.
 - B. São causas de exclusão da pena.
 - C. São causas de substituição obrigatória da pena privativa da liberdade por restritiva de direitos.
 - D. São causas de atenuação da pena.

85. Segundo a jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça, o delito de corrupção de menores, definido na Lei nº 2.252/54:
- () A. É formal.
 - () B. É material.
 - () C. É subsidiário.
 - () D. É misto.
86. Para efeito do livramento condicional:
- () A. As penas que correspondem a infrações diversas podem somar-se.
 - () B. As penas que correspondem a infrações diversas somente podem somar-se em caso de reincidência específica.
 - () C. As penas que correspondem a infrações diversas devem ser somadas.
 - () D. Não pode ser concedido o benefício ao agente que praticou diversas infrações.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

87. Durante a instrução criminal, especialmente no depoimento do acusado, o juiz resolveu perguntar-lhe quem era o Presidente do Brasil, tendo recebido resposta absurda. Diante de tal resposta, e outros elementos fornecidos oralmente pelo acusado, surgiu a alegação de dúvida acerca do estado mental do acusado. Com base na situação hipotética, julgue os itens que se seguem:

- I. A inspeção pessoal realizada pelo juiz é suficiente para determinar a imposição de medida de segurança ao acusado, não necessitando de realização de exame de sanidade mental, ante o princípio da economia processual.
- II. Havendo requerimento das partes para realização de sanidade mental, o juiz não poderá indeferir-lo, vez que no processo penal busca-se a realização do princípio da verdade real.
- III. Sendo o laudo de sanidade mental afirmativo da incapacidade mental, para entender o caráter ilícito do fato de que se trata na instrução ou determinar-se de acordo com este entendimento, o juiz pode, dentro do princípio da livre convicção motivada, recusá-lo e decidir a ação.
- IV. A determinação, pelo juiz, da instauração do incidente de sanidade mental é irrecorrível.
- V. Do despacho que indefere a instauração de incidente de sanidade mental não é cabível a interposição de recurso em sentido estrito, mas sim de *habeas corpus*.

É CORRETO afirmar-se que:

- (A) Os itens II e IV estão corretos;
- (B) Somente o item II está correto;
- (C) As afirmativas I, II e III estão corretas;
- (D) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.

88. João, motorista do táxi que conduzia o passageiro Igor, no "Eixão - Sul", em direção ao Aeroporto de Brasília, imprimindo velocidade incompatível às circunstâncias (muito além da permitida no local), acabou dando origem à colisão com outro veículo, no que resultou ferido o condutor do outro carro. O passageiro Igor para não chegar atrasado ao voo, instigou João a omitir socorro à vítima, tendo este se recusado. Inconformado com a recusa, Igor, prontamente sai do veículo pegando uma carona para o aeroporto. No momento em que João chega ao hospital, prestando efetivamente o socorro à vítima, registra a ocorrência do fato, ocasião em que o policial de plantão efetua a prisão em flagrante de João, encaminhando-o à delegacia.

Tendo em vista o enunciado é CORRETO afirmar que:

- (A) A manutenção da prisão em flagrante de João ficará condicionada a um criterioso juízo de necessidade, tomando visível a sua condição de verdadeira medida cautelar.

- (B) Trata-se de prisão em flagrante ilegal, uma vez que nos casos de acidente de trânsito em que resulte vítima, não se imporá prisão em flagrante ao condutor do veículo que prestar pronto e integral socorro àquela.
- (C) Havendo prova que o condutor do veículo praticou conduta justificada, desaparece o *fumus boni iuris*.
- (D) Procura-se contornar no caso a obrigatoriedade da manutenção da prisão em flagrante até sentença final sob o argumento de que era presumida *iuris et de iure*.

89. Julgue os itens a seguir:

- I. O erro de execução, em crimes previstos na Lei 11.340/2006, não é aplicável para fins de fixação de competência.
- II. Diante da conexão probatória, impõe-se a reunião de feitos, ainda que se encontrem em fases diversas.
- III. Resulta da interpretação da Lei 11.464/2007, em face da Constituição Federal, não ser vedada a concessão de liberdade provisória no crime de tráfico de entorpecentes, ainda que inafiançável o delito.
- IV. É correta a via do *Habeas Corpus*, impetrado pelo Ministério Público, reclamando do descumprimento, pelo juiz, da nova norma processual quanto à ordem na formulação das perguntas na audiência de instrução e julgamento.
- V. São da competência da justiça estadual comum o processo e o julgamento de contravenção penal praticada contra bens, serviços ou interesses da União.

É CORRETO afirmar-se que:

- (A) Os itens I, II e III estão falsos;
- (B) Os itens III, IV e V estão falsos;
- (C) Os itens II, III e IV estão falsos;
- (D) Todos os itens estão falsos.

90. Quanto aos direitos e garantias fundamentais aplicáveis ao Direito Processual Penal, pode-se AFIRMAR que:

- (A) O Direito Processual Penal será instrumental ao Direito Penal apenas quando a lei exigir.
- (B) O interrogatório do acusado é um ato imprescindível ao Trâmite processual regular.
- (C) Em nenhuma hipótese no processo penal será admissível a produção de prova ilícita.
- (D) Pode-se afirmar que em virtude do contraditório, o juiz não poderá basear eventual decisão condenatória em elementos probatórios produzidos exclusivamente em fase policial.

91. Julgue os itens a seguir:

- I. Impõe-se a devolução do prazo para recorrer, se quando da intimação da sentença penal condenatória, o réu não foi indagado sobre o seu desejo de recorrer.
- II. a suspensão do livramento condicional dar-se-á mediante decisão judicial específica e, alcançando o termo final do período de prova, inexistindo decisão, ocorre automaticamente a extinção da pena.
- III. Em razão da independência de instância, mesmo depois de intentado a ação penal, o juiz da ação cível não poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.
- IV. A condenação torna certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- V. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade ou no exercício regular do direito.

Estão CORRETAS as afirmações em:

- (A) II, IV e V;
- (B) III, IV e V;
- (C) I, II e V;
- (D) I, II e III.

92. Em relação às nulidades em processo penal, julgue os itens a seguir:
- I. Em cidade do interior, um indivíduo cometeu um crime de lesão corporal qualificada. Apresentada denúncia, deu-se início ao processo, designando-se data para interrogatório. O sobrinho do indivíduo, que trabalhava na vara criminal como digitador, deu conhecimento da ação a seu tio e comunicou tal fato ao juiz. Diante do conhecimento da ação e em respeito ao princípio da economia processual, não foi determinada a citação do referido indivíduo. Tal situação é perfeitamente possível, não sendo de reconhecer-se nulidade nesta hipótese.
 - II. A ausência de jurisdição para o juiz produzirá ato absolutamente nulo.
 - III. A incompetência do juízo não anula somente os atos decisórios, devendo o juiz competente retificar os demais atos.
 - IV. A nulidade absoluta é de ser reconhecida em qualquer momento, até mesmo em sede de revisão criminal, e desde que cogitada pela parte.
- É CORRETO afirmar-se que:
- (A) Somente o item IV está correto;
 - (B) Somente as afirmativas I e III estão erradas;
 - (C) As afirmativas II, III e IV estão corretas;
 - (D) Somente o item I está correto.
93. O Direito Processual Penal, doutrinariamente, elenca as espécies de testemunhas. Dentre elas há a chamada testemunha fedatária. Assim, marque abaixo a sentença CORRETA acerca da referida espécie:
- (A) é a testemunha que depõe sobre algum fato que ouviu dizer.
 - (B) é a testemunha que depõe sobre a regularidade de algum ato praticado no inquérito ou no processo.
 - (C) é a pessoa que foi indicada por outra testemunha, não sendo computada no número máximo de testemunhas.
 - (D) trata-se dos casos em que a Lei de Drogas e a Lei do crime organizado autorizam os agentes de polícia a se infiltrarem para obterem informações acerca desses crimes.
94. Quanto aos meios de provas, cada um dos próximos itens apresenta meios e limitações constitucionais do ônus da prova. Assinale em seguida a alternativa CORRETA:
- (A) A autoridade policial, após deter, sem flagrante e sem ordem judicial, o suspeito de chefiar quadrilha de traficantes de substâncias entorpecentes, em conversa informal gravou numa fita cassete, sem autorização, a sua confissão e a revelação do *modus operandi* do bando. Nessa situação, consoante orientação do STF, trata-se de prova ilícita em face da detenção ilegal e ainda, por ser a conversa informal uma modalidade de interrogatório sub-reptício, realizado sem as formalidades legais e sem o indiciado ser advertido do seu direito ao silêncio.
 - (B) O interrogatório em fase judicial é ato privativo do juiz.
 - (C) Realizado o exame pericial por dois peritos oficiais, o juiz não estará adstrito ao laudo.
 - (D) No processo penal, todas as pessoas poderão ser testemunhas, inclusive os menores de quatorze anos, os doentes mentais e familiares do acusado.
95. Alan praticou grave homicídio qualificado contra sua esposa, morta por tiros a queima roupa na porta de sua residência. O crime chocou os moradores da pequena e pacata cidade onde mora Alan, gerando clamor público. Assim é CORRETO afirmar que:
- (A) Nessa situação, consoante o entendimento da legislação vigente, apenas o clamor público autorizaria o desaforamento do julgamento de Alan.
 - (B) O exercício efetivo da função de jurado constitui serviço público relevante, por isto estabelece idoneidade moral e estabelece alguns privilégios especiais à estes, tais como: prisão especial, preferência em concurso, cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntário, apesar de não ser considerado obrigatório.
 - (C) A resposta negativa, de mais de (03) três jurados, quanto aos quesitos que se referem à autoria ou participação do acusado, ou quanto aos relativos se se deve ou não o acusado ser absolvido, encerra desde logo a votação e implica em absolvição automática do acusado.

(D) O juiz presidente do Tribunal do Júri não poderá decidir *ex officio*, necessitando de requerimento do Ministério Público ou da defesa, pela arguição de extinção de punibilidade.

96. Anita, mulher jovem e desportista, durante suas férias, foi acampar em uma barraca de campo, sozinha, nas proximidades de uma praia do litoral fluminense. Técio, salva-vidas, homem atrevido e desrespeitoso, clandestinamente penetra na barraca de campista de Anita, e, ali, permanece contra a vontade desta, sem atender aos seus protestos para que se retirasse. Em seguida, utilizando um revólver, constrange-a violentamente, mediante grave ameaça de morte, forçando-a ao ato sexual. No momento em que Técio se evadia do local, a placa do seu carro foi anotada por um banhista que ali passava, facilitando sua rápida localização, o que culminou em sua efetiva prisão.

Após a condenação, o advogado de Técio impetrou *Habeas Corpus* com pedido de liminar para excluir da sentença penal condenatória a agravação de um sexto da pena (art. 61, 11, "a", do CP) e cancelar a pena de interdição temporária de direito, que gerava a conseqüente proibição ao exercício da profissão de salva-vidas, (art. 47, 11, do CP), imposta contra Técio, que fora condenado por crime de estupro (art. 213, do CP). Na aplicação da pena o juiz fez incidir a agravante do motivo torpe (art. 61, II, "a", do CP), bem como aplicou cumulativamente a pena privativa de liberdade com a pena restritiva de direito.

Analisando o texto, É CORRETO afirmar que:

- (A) Tem razão o advogado ao impetrar o *Habeas Corpus* alegando que a agravante do motivo torpe não pode incidir sobre o crime contra os costumes, porque ela integra o próprio tipo, bem como que não se impõe a interdição de direitos cumulativamente com a pena privativa de liberdade.
- (B) Não há de se ter a prisão como efeito da sentença condenatória ou da decisão de pronúncia.
- (C) Afastada a natureza cautelar da sentença penal recorrível, tratar-se-á de espécie de prisão provisória.
- (D) A prisão foi decorrente de sentença condenatória que transitou em julgado independentemente do horário.

97. Nas seguintes situações hipotéticas abaixo, julgue os itens a seguir:

I. Admite-se a progressão de regime no caso de Tibério, condenado por homicídio simples (art. 121, caput, do CP) a doze anos de reclusão, unicamente após ter cumprido *dois anos da pena aplicada na sentença em regime fechado*.

II. A pena privativa de liberdade em execução ficará sujeita a regressão no caso de Cláudio, condenado a seis (06) anos de reclusão pelo delito inculcado no art. 318, do CP (facilitação de contrabando ou descaminho). Cumpriu um sexto da pena inicialmente imposta em regime semi-aberto, quando então é condenado a três anos de detenção por crime de homicídio culposo (art. 121, parágrafo 3º, do CP) praticado anteriormente.

III. Terá direito a novo livramento condicional, ainda que com revogação do anterior, réu condenado a seis de reclusão, tendo iniciado o seu cumprimento em 12.08.91, obtendo em 15.09.93 livramento condicional, mas que em 15.09.94 cometeu novo crime pelo qual condenado definitivamente a 16 anos de reclusão.

IV. Segundo disposições da Lei de Execução Penal, o recolhimento em residência particular será admitido, quando se tratar de condenado com filho menor ou deficiente físico ou mental, desde que em regime aberto.

É CORRETO afirmar-se que:

- (A) Somente as afirmativas II e IV estão corretas;
- (B) Somente o item IV está correto;
- (C) As afirmativas I, II e III estão corretas;
- (D) Somente o item II está correto.

98. É INCORRETO afirmar que:

(A) Existe *fumus bani iuris* justificando o deferimento para o trancamento da ação penal na seguinte situação: "Administrador de hospital que permite a reutilização de agulhas hipodérmicas alegando eficácia de esterilização, após análise de amostragem no Instituto de Vigilância Sanitária. Validade da Portaria em vigor";

(B) Os efeitos da Lavagem de Dinheiro exigem a persecução penal e condenação criminal, dentre outros, pelos seguintes motivos:

- . Evita a detecção de graves atividades ilícitas antecedentes;
- . Provoca distorções nos mercados financeiros;
- . Empobrece Países;
- . Deteriora a Administração Pública.

(C) Princípio da Necessidade: proibição de excesso, aplicação de medida de segurança apenas se estritamente necessária, conferindo-se primazia a providências menos gravosas. A intervenção deve ser apropriada e necessária para alcançar o fim desejado, não devendo gravar o indivíduo em excesso (constitui o exame do bem jurídico e a carência de sua tutela criminal, incidindo a medida de segurança quando efetiva a carência à salvaguarda de outros interesses e direitos constitucionalmente protegidos). Exige uma equilibrada ponderação entre os bens que estarão em causa, sendo importante à quantificação da medida de segurança, como medida terapêutica, as necessidades do tratamento.

(D) As conseqüências das características do tratamento dado pela imprensa ao fenômeno da criminalidade e seus efeitos na Justiça Penal traduzem a disparidade entre a realidade e a "realidade construída" pela imprensa, produzindo efeito no aumento da sensação de insegurança e podendo gerar a má orientação das políticas de segurança pública.

99. Quanto ao critério de fixação da competência, é CORRETO afirmar que:

(A) Na prática de crime por pessoa que possui foro por prerrogativa funcional em concurso com pessoas que não possuem tal prerrogativa, haverá bipartição de competência, cabendo a cada órgão jurisdicional seu julgamento.

(B) Como vem entendendo o STF, o duplo grau de jurisdição afasta a possibilidade da competência originária.

(C) Na prática de crime que ofende bem jurídico da União por prefeito será competente para o julgamento o Tribunal Regional Federal.

(D) Mesmo terminado o mandato de Deputado Federal, será da competência do STF o julgamento de crime por aquele praticado, em decorrência de suas funções, quando praticado durante o mandato.

100. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A defesa criminal patrocinada por pessoa não-inscrita na OAB (falso advogado), ainda que constituída pelo réu, que redundou em sentença penal condenatória, é causa de nulidade absoluta do processo por falta de defesa técnica.

(B) Considerando que o ordenamento jurídico não prevê a interposição de protesto por novo júri e apelação, quando as penas aplicadas para cada crime forem, isoladamente, inferiores a vinte anos, de acordo com o entendimento do STF, em face do princípio da fungibilidade dos recursos, o tribunal de justiça pode receber como apelação, o protesto por novo júri apresentado tempestivamente, e determinar que se abra prazo à defesa para o oferecimento de razões, seguindo o recurso o seu curso legal.

(C) Contra a absolvição sumária e impronúncia é cabível o recurso em sentido estrito e não apelação.

(D) Em atendimento ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença, o juiz sem modificar a descrição do fato contido na denúncia ou queixa poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em conseqüência tenha que aplicar pena mais grave, bem como, encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de cinco dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.